



TRABALHO A DOMICÍLIO NO PARANÁ – PERFIL DOS OCUPADOS

Paulo Roberto Delgado

Sociólogo, pesquisador do IPARDES

E-mail: delgado@ipardes.pr.gov.br

Resumo: O objetivo deste artigo é dimensionar a participação do trabalho a domicílio no mercado de trabalho paranaense e obter um perfil das pessoas que estão envolvidas nesse tipo de trabalho. Após uma breve apreciação da literatura sobre esta temática no Brasil, situando a importância e as mudanças pelas quais este tipo de trabalho vem passando, verifica-se, a partir de dados do último Censo Demográfico, suas características em termos de sexo, idade, participação dos membros da família, tipo de atividade, posição na ocupação, seguridade social e rendimento.

Palavras-chave: Trabalho a domicílio. Informalidade. Mercado de trabalho. Emprego.

INTRODUÇÃO

Os censos demográficos brasileiros vêm, desde 1970, com exceção do levantamento feito em 1991, abordando o tema do deslocamento de pessoas para trabalhar em outros municípios que não o de residência, mobilidade caracterizada na literatura como “movimento pendular”¹. No último censo, realizado em 2010, a este tema foram dedicadas três questões, referentes ao município onde a pessoa trabalhava, à periodicidade do retorno para casa e ao tempo gasto no deslocamento até o local de trabalho. Além disso, no quesito de identificação do município onde o trabalho é realizado, foram introduzidas novas opções de resposta: uma que permite diferenciar um segmento de trabalhadores que, devido à natureza de sua atividade, se deslocam para “vários municípios”, e outra que permite distinguir, dentre os trabalhadores que trabalham no mesmo município em que residem, aqueles que trabalham no próprio domicílio residencial.

Como será destacado na sequência, o tema do trabalho domiciliar adquiriu, a partir dos anos 1990, maior presença nos estudos sobre trabalho no Brasil, sendo caracterizado quer como expressão de estratégias familiares de sobrevivência em um contexto de baixo crescimento da ocupação e aumento do desemprego, quer como expressão de estratégias empresariais de terceirização de etapas de seu processo produtivo, em alguns casos conjugando-se ambas. O que o Censo de 2010 revela é que, mesmo após uma década de reversão da tendência de precarização do trabalho, na qual se observaram aumento do assalariamento, redução do desemprego e crescente formalização das relações do trabalho, o número de pessoas que trabalham no próprio domicílio se mantém expressivo. No Paraná, nesse ano, 1.241.563 pessoas, 23,4% do total de ocupados, declararam trabalhar no próprio domicílio; deste contingente, 409.164 eram pessoas envolvidas com atividades agrícolas, 775.540 dedicavam-se a atividades não agrícolas e 56.859 não informaram a atividade.²

A associação entre local de moradia e de trabalho é mais comum no caso das atividades agrícolas, particularmente no âmbito dos estabelecimentos baseados no trabalho familiar; segundo o último censo demográfico, mais da metade dos ocupados em atividades agrícolas informou residir no mesmo domicílio/estabelecimento onde realizava suas atividades produtivas. Mas o foco do presente estudo são os ocupados não agrícolas, para os quais aquelas estratégias acima mencionadas – baseadas no trabalho domiciliar – se colocam, em muitos casos, como a única possibilidade de inserção ocupacional; este segmento é, também, o que mais sofreu com as mudanças no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas (LAVINAS *et al.*, 2000); além disso, o contingente de ocupados não agrícolas envolvidos com trabalho domiciliar, no Paraná, é quase o dobro daquele verificado em atividades agrícolas.

¹ Sobre a definição e a importância dos movimentos pendulares nos estudos sobre os processos de metropolização e expansão urbana, ver Moura, Castello Branco e Firkowski (2006).

² A classificação das atividades em agrícolas e não agrícolas foi feita com base no quesito do Censo que capta a atividade principal do empreendimento onde a pessoa trabalhava e, adicionalmente, nos casos de não declaração da atividade, buscou-se essa classificação por meio da identificação do tipo de ocupação que a pessoa exercia no seu trabalho; por este procedimento, foi possível recuperar mais da metade dos casos de ocupados com atividade mal definida.

1 CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO A DOMICÍLIO

Na literatura o trabalho domiciliar passou a ganhar destaque como objeto de estudo e de políticas de regulação das relações de trabalho, bem como da ação sindical, a partir das duas últimas décadas do século passado.

Lavinias *et al.* (2000) mencionam que o trabalho a domicílio era considerado, nos países desenvolvidos, até os anos 1980, uma modalidade não usual de emprego e de pequena expressão no mercado de trabalho. Mesmo nos países em desenvolvimento, onde ele era associado às modalidades informais de ocupação, considerava-se que ele tendia, senão a desaparecer, a perder importância no âmbito das relações de trabalho.

Porém, com a crise que atingiu as economias desenvolvidas nos anos 1980, estabeleceu-se um conjunto de medidas de liberalização dos mercados e de reorganização dos padrões de produção que resultaram em maior flexibilização das relações de trabalho, colocando em xeque o padrão de assalariamento que caracterizava o mercado de trabalho desses países; em consequência, observou-se que outras modalidades de inserção ocupacional – empregos em tempo parcial, terceirização e trabalho a domicílio – passaram a integrar as formas de gestão do trabalho.

Um aspecto importante dessa re-atualização do trabalho a domicílio é que, com o avanço do processo de globalização, ele passou a ser inserido no âmbito de cadeias produtivas que se organizam internacionalmente, processo este que permite às empresas lucrarem com a concorrência global por mão de obra barata e com os benefícios fiscais oferecidos pelos países que concorrem por esses investimentos.

Assim, em muitos casos, para além de uma participação marginal e informal, o trabalho a domicílio passa a se articular com setores produtivos modernos, através da terceirização de etapas do processo produtivo baseada em redes de subcontratação estabelecidas por grandes empresas (OIT/DIEESE, 2003).

Os estudos ressaltam, também, outras características da articulação do trabalho a domicílio nessas cadeias (LAVINAS *et al.*, 2000). Uma delas é a heterogeneidade das formas de participação nessas cadeias, com o trabalho a domicílio podendo assumir a forma de trabalho autônomo ou de trabalho assalariado registrado ou não, assalariamento este que se dá, geralmente, via pequenas empresas; o trabalho pode ainda envolver a produção de um componente de um produto ou um produto final.

Essa heterogeneidade se verifica ainda quanto às modalidades de terceirização. Araújo e Amorim (2002) mencionam que a relação com as subcontratadas pode variar de uma condição mais virtuosa – em que as subcontratadas se beneficiam de algumas das inovações tecnológicas e organizacionais que ocorrem na cadeia produtiva – a outra situação em que o foco é a redução de custos, cabendo às subcontratadas arcar com os riscos de sua etapa no processo produtivo.

As outras características destacadas por Lavinias referem-se à feminização do trabalho a domicílio e à baixa qualidade das ocupações. Há uma tendência a uma maior participação das mulheres no trabalho a domicílio associada a um viés de gênero: a necessidade de conjugar o trabalho no lar com o trabalho remunerado, condição que impõe limites à sua mobilidade e à participação no mercado de trabalho, propicia que as mulheres constituam a principal oferta de trabalho a domicílio. Segundo Leite e Lopes (2001, p.24), citado em OIT/DIEESE (2003), “especialmente as mulheres casadas e com filhos (constituem) uma clientela disponível para esse tipo de emprego”.

Por fim, as atividades desenvolvidas no âmbito do trabalho a domicílio, particularmente em comparação com outras do setor industrial, são ocupações de baixa qualidade, com baixa remuneração, muitas vezes sem proteção efetiva da legislação trabalhista e sem perspectiva de ascensão funcional. Embora em condição não predominante, alguns estudos mostram que parcela do trabalho a domicílio e/ou autônomo, vinculado às estratégias empresariais de terceirização, pode estar associada a ocupações altamente qualificadas e com elevada remuneração, com requerimento de conhecimento especializado.

No caso brasileiro, há que se sublinhar que o trabalho a domicílio sempre teve uma participação maior no conjunto das ocupações não agrícolas, fazendo parte da informalidade que marca o mercado de trabalho, consistindo, muitas vezes, em uma estratégia de sobrevivência familiar, relacionada a atividades de prestação de serviços a outras pessoas e/ou famílias. Apesar disso, houve, principalmente nos anos 1990, particularmente em alguns setores da indústria, um recrudescimento do processo de terceirização, num contexto de baixo crescimento econômico e crescente precarização das relações de trabalho no País. Mesmo na última década, em um contexto de recuperação do emprego assalariado e formalizado, o trabalho a domicílio parece manter uma participação relevante no conjunto das ocupações.

Antes de apresentar o perfil desses ocupados, cabem alguns comentários sobre a disponibilidade de dados para o estudo do trabalho a domicílio no Brasil. Lavinias informa que quesitos sobre este tema foram incluídos, a partir de 1989, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), inicialmente em suplementos sobre trabalho e, depois, no questionário básico dessa pesquisa. Além disso, para a autora, “a mensuração da importância dos trabalhadores a domicílio no Brasil, apesar dos avanços metodológicos do sistema de estatísticas do trabalho, só pode ser feita de forma aproximada [o que não retira sua] relevância para estabelecer as especificidades das condições de trabalho dessa parcela de trabalhadores em relação aos outros” (LAVINAS *et al.*, 2000, p.26). Esses limites das estatísticas existentes se devem ao fato de elas não permitirem captar aspectos fundamentais para o entendimento da natureza do trabalho domiciliar, particularmente das relações de subcontratação que são estabelecidas entre empresas e os trabalhadores a domicílio.

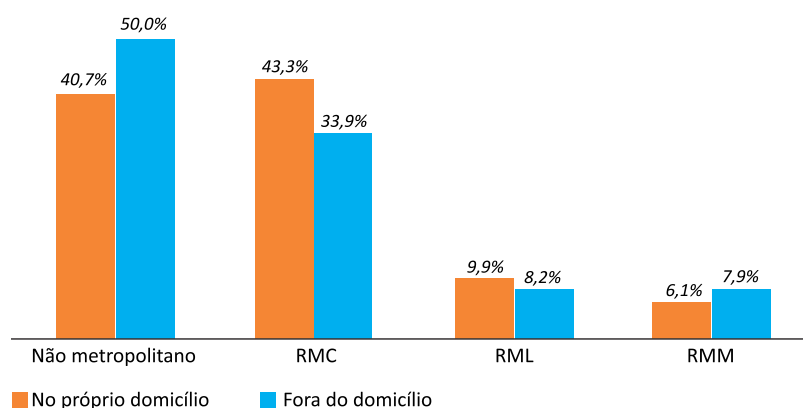
A inclusão de um quesito relacionado a este tema no Censo Demográfico 2010 deve fazer parte do contínuo processo de aperfeiçoamento que o bloco sobre Trabalho e Rendimento vem sofrendo nas diversas edições do Censo (JANUZZI, s.d.). Contudo, cabe ressaltar que no Censo 2010 a

questão do trabalho no próprio domicílio aparece inserida num quesito que busca captar o deslocamento das pessoas para o trabalho; ou seja, trabalho no próprio domicílio seria, inicialmente, indicação da não realização deste tipo de deslocamento. Ademais, não permite diferenciar, como na PNAD, se o domicílio é o de residência do trabalhador ou do patrão/cliente/sócio. A vantagem do Censo é disponibilizar uma base de dados de uma amostra maior, que permite alguns recortes geográficos ou detalhamento de alguns atributos que na PNAD podem não ser possíveis. Assim, aplica-se aos dados apresentados na sequência a mesma advertência feita por Lavinias *et al.* (2000): trata-se de uma aproximação ao mundo do trabalho a domicílio no Paraná.

2 PERFIL DOS TRABALHADORES A DOMICÍLIO NO PARANÁ

Em 2010, segundo o Censo Demográfico, o Paraná tinha 4.374.503 ocupados em atividades não agrícolas.³ Deste contingente, 17,7% são trabalhadores que declararam trabalhar no próprio domicílio, envolvendo 775.540 pessoas. Geograficamente, quase 60% destes trabalhadores residem em uma das três principais regiões metropolitanas (RM) do Estado, com destaque para a de Curitiba, que concentra 43,3% dos ocupados não agrícolas que trabalham no próprio domicílio (gráfico 1). Percebe-se, também, que a concentração destes trabalhadores nas RMs é maior do que a observada entre as pessoas que trabalham fora de seu domicílio, à exceção da RM de Maringá.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS NÃO AGRÍCOLAS, SEGUNDO LOCAL DO TRABALHO E UNIDADES METROPOLITANAS - PARANÁ - 2010



FONTE: Censo Demográfico

Uma das questões levantadas pela literatura diz respeito à participação mais acentuada das mulheres no trabalho a domicílio. Os dados do Censo confirmam essa maior participação, com as mulheres representando 51,6% dos trabalhadores no próprio domicílio, oito pontos percentuais acima da participação que as mulheres têm entre as pessoas que trabalham fora do domicílio (tabela 1).

³ Vale lembrar que não foi possível obter a classificação da atividade para 136.888 trabalhadores; porém, mesmo que parcela destes seja de não agrícolas, ela não alteraria significativamente o contingente desses ocupados no Estado.

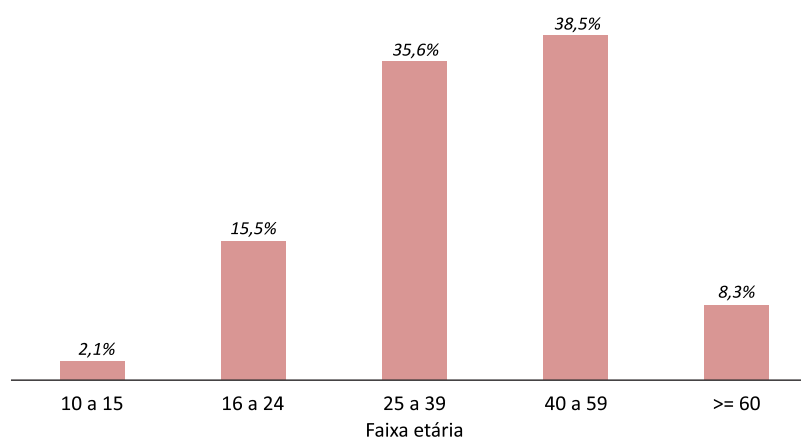
TABELA 1 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS NÃO AGRÍCOLAS, SEGUNDO LOCAL DO TRABALHO E SEXO - PARANÁ - 2010

SEXO	LOCAL DE TRABALHO			
	No Próprio Domicílio		Fora do Domicílio	
	Abs.	%	Abs.	%
Masculino	375.365	48,4	2.029.580	56,4
Feminino	400.175	51,6	1.569.382	43,6
TOTAL	775.540	100,0	3.598.962	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

A maior parcela das pessoas que trabalham no próprio domicílio tem entre 40 e 59 anos de idade, seguida por aquelas entre 25 e 39 anos (gráfico 2). Mas há um aspecto relevante quando se consideram os dois grupos etários nos extremos da distribuição – crianças (10 a 15) e idosos (>= 60). Apesar de terem pequena participação na estrutura ocupacional do Paraná – em conjunto, representam 6% do total –, parcela expressiva das crianças (28,3%) e dos idosos (31,3%) que estão ocupados exercia sua atividade no próprio domicílio. Possivelmente, isto se relaciona àquela condição levantada na literatura, de que o trabalho a domicílio implica, muitas vezes, a participação de adultos que mobilizam outros membros da família para auxiliá-los.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS NÃO AGRÍCOLAS QUE TRABALHAM NO PRÓPRIO DOMICÍLIO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - PARANÁ - 2010

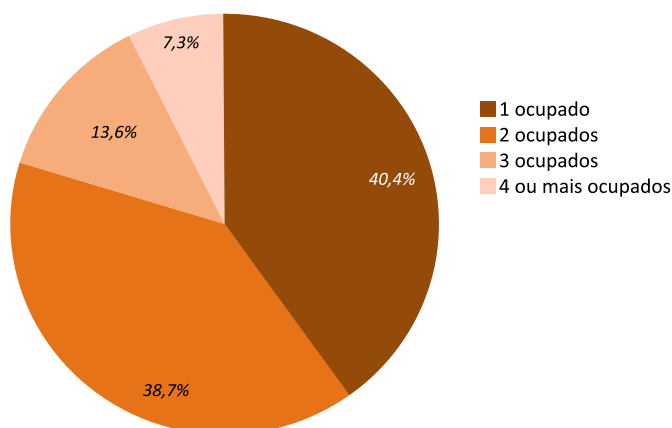


FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Essa condição de envolvimento de vários membros do grupo domiciliar pode ser observada por meio de dois outros indicadores. O primeiro refere-se à posição das pessoas que exercem este tipo de trabalho no âmbito das relações domiciliares. A maioria desses trabalhadores (44,9%) é a pessoa considerada responsável pelo domicílio; os demais ocupados são cônjuges (28,7%) ou filhos/outros parentes (24,2%), havendo, ainda, uma pequena participação de agregados, conviventes ou domésticos.

Adicionalmente, pode-se verificar quantos membros do grupo domiciliar trabalham no próprio domicílio. Conforme o gráfico 3, em apenas 40,4% dos domicílios há um única pessoa trabalhando no próprio domicílio; nos demais 59,6%, têm-se duas ou mais pessoas nesta condição ocupacional.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS NÃO AGRÍCOLAS QUE TRABALHAM NO PRÓPRIO DOMICÍLIO, SEGUNDO SEU NÚMERO, POR DOMICÍLIO - PARANÁ - 2010



FONTE: Censo Demográfico

Relativamente ao nível de instrução, apenas 44,3% desses ocupados concluíram o ensino médio ou tinham escolaridade de nível superior (tabela 2); este percentual é ligeiramente inferior ao observado entre os demais ocupados não agrícolas do Estado (49,9%). Não se verificam diferenças expressivas entre mulheres e homens quanto ao padrão educacional, dentre os ocupados que trabalham no próprio domicílio.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS NÃO AGRÍCOLAS QUE TRABALHAM NO PRÓPRIO DOMICÍLIO, SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO - PARANÁ - 2010

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	%
Sem instrução e fundamental incompleto	35,2
Fundamental completo e médio incompleto	19,9
Médio completo e superior incompleto	29,2
Superior completo	15,1
Não determinado	0,5
TOTAL	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Quando se consideram os setores de atividade aos quais esses ocupados estão ligados, observa-se que as mulheres representam mais da metade dos trabalhadores em cinco deles: indústria de transformação (53,3%), serviços de natureza pública (66,9%), outros serviços (61,4%) e serviços domésticos (90,6%); os homens são majoritários na construção civil (93,0%), outras indústrias (69,8%), serviços de apoio à produção (62,7%) e comércio (52,4%).

A maior parcela dos ocupados, de ambos os sexos, está ligada ao comércio, que representa 22,7% do total de trabalhadores no próprio domicílio (tabela 3). Neste setor sobressaem, por ordem de importância, as atividades de comércio de alimentos e bebidas; de manutenção e reparação de veículos automotores; de comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem; e, de comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e de cosméticos e perfumaria.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS NÃO AGRÍCOLAS QUE TRABALHAM NO PRÓPRIO DOMICÍLIO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - PARANÁ - 2010

SETOR DE ATIVIDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Indústria - transformação	17,5	18,7	18,2
Indústria - construção	11,8	0,8	6,1
Indústria - outras atividades	2,3	0,9	1,6
Comércio	24,6	21,0	22,7
Serviços - de apoio à produção	19,3	10,8	14,9
Serviços - de natureza pública	8,0	15,1	11,6
Serviços - outros	9,7	14,4	12,1
Serviços - domésticos	1,5	14,0	8,0
Outros	5,3	4,2	4,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Na indústria de transformação, setor com a segunda maior participação (18,2%), há diferenciação quanto às principais atividades segundo o sexo. Mais da metade das mulheres da indústria de transformação está envolvida com as atividades de fiação e confecção; há, também, um importante contingente voltado à fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis. Os homens se distribuem por um conjunto maior de atividades industriais, mas se destacam nas atividades de fabricação de produtos de metal⁴, exceto máquinas e equipamentos, e de fabricação de móveis.

Nos serviços de apoio à produção (14,9%), a principal atividade é a de serviços jurídicos, de contabilidade e de auditoria, com participação similar de homens e mulheres. Duas outras atividades de destaque e com predomínio masculino são os serviços de tecnologia e informação e de transporte de carga ou passageiros; neste último caso, certamente o exercício da atividade não se dá no próprio domicílio, o qual deve ter sido referido, no Censo, como o local de referência para a localização do trabalhador, muitas vezes um autônomo. Neste setor há, também, um importante contingente de trabalhadores, de ambos os sexos, ligado aos serviços financeiros⁵.

Os serviços de natureza pública reúnem atividades que geralmente são associadas aos direitos sociais, mas cuja provisão pode ser feita tanto pelo setor público quanto pelo privado, aqui incluídos diversos profissionais liberais e/ou autônomos. A maioria dos ocupados desse setor está envolvida com atividades educacionais (41,2%), sendo que os demais dividem-se entre as atividades da área da saúde e da administração pública.

No agrupamento 'outros serviços' ressaltam-se dois conjuntos de atividades: restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas, e cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza; juntas elas representam 53% dos ocupados desse setor. Cabe citar também os serviços de *catering*, bufê e outros serviços de comida preparada e os de reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos.

⁴ Inclui-se neste segmento a fabricação de estruturas metálicas, esquadrias de metal, tanques, caldeiras, serralheria, dentre outros produtos.

⁵ Pelo tipo de ocupação exercida, observa-se que nesta atividade há uma forte participação de gerentes de sucursais de bancos, de serviços financeiros e de seguros, bem como de diversos tipos de analistas, agentes e corretores da área financeira.

Os serviços domésticos e a construção civil absorvem, conjuntamente, 14,1% dos trabalhadores a domicílio no Estado, sendo que, neste caso, o domicílio de referência possivelmente seja o do patrão ou o do cliente ao qual se presta o serviço.

A maioria dos ocupados encontra-se na condição de assalariado, aí incluídos todos os empregados e estatutários, diferenciando-se as mulheres por uma maior participação dos empregados sem registro em carteira, 19,3% (tabela 4). A condição de autônomo se aplica a cerca de 1/3 dos homens e das mulheres.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS NÃO AGRÍCOLAS QUE TRABALHAM NO PRÓPRIO DOMICÍLIO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - PARANÁ - 2010

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	MASCULINO	FEMININO
Empregados com carteira de trabalho assinada	44,0	37,1
Militares e funcionários públicos estatutários	2,6	3,3
Empregados sem carteira de trabalho assinada	12,1	19,3
Conta própria	34,9	34,8
Empregadores	4,6	2,6
Não remunerados	1,8	2,8
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Uma questão associada ao trabalho a domicílio, no Brasil, é o elevado nível de informalidade que caracteriza as relações de trabalho, o que coloca os trabalhadores à margem de diversos direitos sociais. De fato, em 2010, a taxa de contribuição à previdência desse segmento dos ocupados foi de 58,9%, contra a taxa de 74,2% observada entre os demais ocupados não agrícolas no Paraná. Os ocupados no próprio domicílio representam, no Estado, 1/3 do número de não contribuintes da previdência entre os ocupados não agrícolas.

Entre os ocupados no próprio domicílio, a taxa de contribuição à previdência é de 64,0% para os homens e de 54,2% para as mulheres.

O rendimento médio mensal auferido por esses trabalhadores, em 2010, era de R\$ 1.333,00, mas para metade deles a remuneração era inferior a R\$ 800,00. Além disso, há diferenciações relevantes quando se consideram o sexo e o setor de atividade. As mulheres têm rendimento inferior ao dos homens, com 40,7% delas auferindo, no máximo, um salário mínimo, aí incluídas aquelas sem rendimento; para os homens, a proporção é de 19,5 (tabela 5).

Setorialmente, as menores remunerações são encontradas na indústria (de transformação e outras) e nos serviços (outros e domésticos), os quais, como mencionado anteriormente, têm uma presença relevante da mão de obra feminina. No outro extremo, destacam-se os serviços de apoio à produção e de natureza pública com as maiores remunerações, os quais apresentam várias ocupações que requerem maior qualificação dos ocupados.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS NÃO AGRÍCOLAS QUE TRABALHAM NO PRÓPRIO DOMICÍLIO, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO DO TRABALHO, SEXO E SETOR DE ATIVIDADE - PARANÁ - 2010

SEXO/SETOR DE ATIVIDADE	CLASSES DE RENDIMENTO EM SALÁRIO MÍNIMO							TOTAL
	Sem Rendimento	Até 1/2	> 1/2 a 1	> 1 a 2	> 2 a 3	> 3 a 5	> 5	
Masculino	2,5	3,1	13,9	36,1	17,2	13,3	13,9	100,0
Feminino	4,6	11,3	24,8	35,3	10,0	7,6	6,3	100,0
Indústria - transformação	2,4	10,6	22,1	39,0	12,1	7,9	5,9	100,0
Indústria - construção	2,3	2,9	18,8	44,2	16,2	9,3	6,3	100,0
Indústria - outras atividades	2,6	15,7	23,3	27,1	10,8	9,0	11,6	100,0
Comércio	3,6	6,3	19,5	37,3	14,2	10,3	8,6	100,0
Serviços - de apoio à produção	1,7	1,8	11,0	35,0	17,3	15,1	18,0	100,0
Serviços - de natureza pública	1,7	1,8	12,8	31,0	15,5	16,8	20,4	100,0
Serviços - outros	4,3	7,6	24,9	36,9	12,1	8,3	6,0	100,0
Serviços - domésticos	9,7	24,0	33,4	28,0	3,6	0,8	0,4	100,0
Outros	8,5	5,4	14,8	30,8	15,9	13,0	11,7	100,0

FONTE: IBGE: Censo Demográfico

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho a domicílio mantém participação relevante no mercado de trabalho paranaense, representando, em 2010, 17% do total de ocupados não agrícolas do Estado. Embora presente nas diversas regiões, verifica-se certa concentração deste tipo de trabalho nas principais aglomerações urbanas do Paraná, particularmente na RMC, que reúne 43% desses trabalhadores.

As mulheres têm uma participação expressiva neste tipo de trabalho, mas geralmente têm um padrão de remuneração inferior ao dos homens. Não foi possível estabelecer aqui o quanto essas diferenças refletem desigualdades de gênero ou a alocação diferenciada em termos setoriais. Como foi observado, há atividades em que a presença de mulheres é mais acentuada (confecção, serviços domésticos e de estética e nas atividades nas áreas de educação e saúde), enquanto os homens se destacam em algumas atividades industriais (fabricação de produtos de metal e móveis), serviços de apoio à produção (transportes de cargas e passageiros) e construção civil.

Apesar de corroborar apontamentos de outros estudos de que este tipo de trabalho tende a se caracterizar por ocupações de baixa qualificação, foram identificadas atividades em que um perfil de maior qualificação é exigido, como os serviços de tecnologia e informação e alguns outros de apoio ao setor produtivo (serviços jurídicos, contábeis e de auditoria). Embora não mencionado anteriormente, há que se registrar que 11,5% dos trabalhadores a domicílio no Paraná são classificados na CBO como profissionais das ciências e intelectuais, e outros 7,6% são técnicos e profissionais de nível médio.

Não obstante as limitações apontadas na literatura, no sentido de não permitir qualificar a natureza das relações entre trabalho domiciliar e processos de flexibilização produtiva, o conjunto de dados aqui apresentados permitiu dimensionar e apreender a heterogeneidade que caracteriza este tipo de trabalho no Paraná.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cad. Pagu** [online]. 2002, n.17-18, p.267-310.

JANUZZI, P. M. **Os quesitos de mão de obra nos Censos Demográficos brasileiros de 1960 a 2000**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/trab_jannuzzi.pdf>. Acesso em: out. 2013.

LAVINAS, L. *et al.* **Trabalho a domicílio**: novas formas de contratualidade. IPEA, Texto para discussão n.717, abr. 2000.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, SEADE, v.19, n.4, p.121-133, out./dez. 2006.

OIT/DIEESE. **O trabalho a domicílio e a ação sindical no contexto da cadeia produtiva**. Santa Catarina, nov. 2003.